

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DEMANDAS FORMATIVAS
DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE PARANÁ (UENP)
– CAMPUS JACAREZINHO**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.041-001>

Amália Rebouças de Paiva e Oliveira

Doutora em Educação Especial
Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
amalia.oliveira@uenp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8190-812X>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1119493351624959>

Thayara Rocha Silva

Doutora em Educação
Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Londrina (UEL)
silva.thayara@uenp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1249-4047>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8341517494733043>

Renata Aparecida Rossieri

Mestra em Ensino de Ciências da Natureza
Instituição de Ensino: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
renata.rossieri@uenp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9444-6008>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3695665726599714>

Geisa Orlandini Cabiceira Garrido

Doutora em Educação
Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)
geisa.orlandini@uenp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4406-2935>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4387691131597305>

Carla Holanda da Silva

Doutora em Geografia
Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná (UFPR)
carlaholanda@uenp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8743-057X>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8471936568107441>

Mauro Januário

Mestre em Agrometeorologia
Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo (ESALQ/USP)
maurojanuario@uenp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7386-8690>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5647697564887477>



Rosiney Aparecida Lopes do Vale

Doutora em Educação

Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

rosineyvale@uenp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9257-0005>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9967040099362596>

Ricardo Aparecido Campos

Doutor em Geografia

Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: rcampos@uenp.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8969-4787>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5869296136601055>

RESUMO

A Educação Inclusiva engloba a oferta da educação para todas as pessoas, tenham elas deficiência ou não. Essa temática vem sendo discutida há mais de vinte anos quando olhamos para a Educação Básica, entretanto, a inclusão dos alunos Público Alvo da Educação Especial na Universidade está iniciando sua ascensão atualmente. Com a finalidade de promover a inclusão de alunos com deficiência as universidades e instituições de ensino superior desenvolveram núcleos de apoio para se pensar na Educação Inclusiva. Na Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, em 2022 foi criado o Núcleo de Apoio e Assistência Estudantil - NAE, além de oferecer o apoio pedagógico e psicológico aos estudantes, o núcleo também é responsável pela formação de professores para Educação Inclusiva. Esse estudo objetivou identificar as demandas formativas referentes à educação especial dos professores universitários da UENP do Campus Jacarezinho. Para tanto foi elaborado e aplicado um questionário em 33 professores do Campus de Jacarezinho. Os dados apontaram um aumento do número de estudantes Público Alvo da Educação Especial nos cursos de graduação, e a crescente preocupação e necessidade dos docentes de se capacitarem para atuar com tal público. Os docentes apontaram a importância do apoio pedagógico a ser ofertado pelo NAE e das temáticas da Educação Especial a principal apontada foi a necessidade formativa para lidar com estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo. O levantamento desses dados é de extrema importância pois permite que as formações continuadas ofertadas pelo NAE estejam em consonância com a real necessidade da universidade, favorecendo assim uma mudança cultural e postural para promover a inclusão dos alunos PAEE.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ensino Superior. Formação de Professores.



1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito social e deve ser garantido a todos os alunos, tenham eles deficiência ou não, independente das condições socioeconômicas, gênero, raça, cor, e condições psicoemocionais. Permeando a educação temos a educação inclusiva, que refere-se à oferta de uma educação que englobe todo o alunado, suas peculiaridades e diferenças (Unesco, 1994). Para isso, é necessário incorporar todos os alunos aos diversos níveis de ensino, principalmente aqueles alunos que por algum motivo foram excluídos do processo educacional, entre eles, o Público Alvo da Educação Especial (Rodrigues, 2007). O Público-alvo da Educação Especial (PAEE) é composto por estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (Brasil, 2008).

Glat (2007) afirma que a educação inclusiva deve ser entendida para além de uma nova proposta educacional mas como uma nova cultura escolar. Essa percepção sobre cultura escolar e educação inclusiva também é elucidada por Pimentel e Nascimento (2016, p. 105):

A proposta da educação inclusiva é fundamentada na filosofia da escola que aceita e reconhece a diversidade, tendo seu princípio pautado na busca da educação de qualidade para todos. Logo, a construção de uma escola inclusiva implica em necessárias mudanças arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; portanto implica na construção de uma cultura inclusiva.

Nesse projeto, transpomos esse conceito à cultura universitária, quando nos referimos a uma cultura inclusiva estamos nos referindo a promoção de uma cultura no interior da universidade que reconheça e trabalhe com a diversidade em seus diferentes aspectos: pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, diferenças sociais e raciais, especificidades psicológicas, discussões sobre gêneros, e etc.

A maneira como a universidade tradicional foi estruturada historicamente, por meio de um currículo único, engessado, que trata os alunos a partir de um ponto de vista homogêneo e espera que os mesmos respondam satisfatoriamente da mesma maneira fez com que a cultura promovida no interior da universidade tenha sido uma cultura segregadora, de exclusão e que reproduziu os padrões hegemônicos da sociedade (Pimentel; Nascimento, 2016). Para romper com essa perspectiva de segregação é necessário que todas as pessoas responsáveis pela promoção dessa cultura (professores, alunos, gestores, servidores, comunidade acadêmica e família) possam refletir sobre as temáticas que se inserem na educação inclusiva e possam ressignificar atitudes, pensamentos e práticas, a fim de promover essa nova cultura no ambiente acadêmico.

Embora a década de 90 tenha sido marcada por grandes discussões a respeito da inclusão, fomentadas pelas políticas públicas e pelos pesquisadores da área, esta problemática permaneceu concentrada na Educação Básica, enquanto a discussão a respeito da inclusão no Ensino Superior ainda era escassa (Santos; Hostins, 2015). Oliveira (2011, p. 31) ressalta que:



pouco se tem documentado sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, indicando uma carência de reflexões, estudos e estatísticas, o que dificulta a formulação de políticas públicas que contemplem ações promotoras de educação inclusiva também no ensino superior.

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) é uma universidade multicampi composta pelos Campus de Jacarezinho, Cornélio Procópio, e Bandeirantes, que instituiu no ano de 2022 o Núcleo de Apoio e Assistência Estudantil (NAE). O Núcleo de Apoio e Assistência Estudantil – NAE, é um órgão ligado diretamente ao Gabinete da Reitoria da UENP que dialoga com todas as Pró-Reitorias e Coordenadorias, por meio de ações que promovem prioritariamente, condições de permanência a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados(as) nos cursos de graduação e de pós-graduação da UENP, nas modalidades presencial e EAD, sob o olhar da inclusão e das diversidades. Os serviços ofertados pelo NAE englobam: apoio psicológico (APSI), apoio pedagógico (APEI), apoio social (APSO), moradia estudantil, e a Comissão Universidade para os Indígenas (CUIA).

O APEI oferecido pelo NAE visa o acolhimento, orientação e acompanhamento dos alunos PAEE e transtornos funcionais a fim de garantir a permanência desse público na universidade e sua aprendizagem efetiva para formação de profissionais capacitados. Seu funcionamento é similar ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado aos alunos PAEE na educação básica, porém, trata-se da oferta do AEE no ensino superior. Entretanto, embora o APEI ofereça atendimento individual aos alunos PAEE existe outra demanda na universidade que corresponde a capacitação dos docentes para atuação com os alunos PAEE.

Neste contexto e devido a importância da problemática supracitada, esse estudo objetivou identificar as demandas formativas referentes à educação especial dos professores universitários da UENP do Campus Jacarezinho. Desse modo é possível traçar formações continuadas para os professores em consonância com a real necessidade da universidade.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de um estudo exploratório e Severino (2013) esclarece que a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um determinado objeto a fim de delimitar um campo de trabalho e mapear as condições de manifestação desse objeto.

2.2 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 33 docentes do ensino superior da UENP atuantes em nove cursos de graduação do Campus de Jacarezinho. A tabela abaixo elucida a quantidade de docentes e o respectivo curso que pertencem:

Tabela 1. Respondentes da pesquisa.

Curso do Ensino Superior	Quantidade de docentes que responderam ao questionário
Direito	8
Pedagogia	7
Ciências Biológicas	5
Educação Física	3
Odontologia	3
Matemática	2
História	2
Fisioterapia	2
Filosofia	1
Total	33

Fonte: os autores

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

De acordo com Barbosa (2008), o questionário é um instrumento de coleta de dados muito utilizado nas pesquisas educacionais. Ele permite levantar uma série de informações pertinentes. Nesse sentido foi elaborado um questionário composto por perguntas pela plataforma *google forms*. O questionário foi composto pela parte informativa que correspondeu a identificação dos professores e dos respectivos cursos e posteriormente foram realizadas as seguintes perguntas:

1. Na disciplina que você ministra existe algum (ma) aluno (a) público alvo da educação especial? Qual/Quais?
2. Para você qual as atribuições do apoio pedagógico inclusivo (APEI/NAE) na UENP?
3. Qual tipo de apoio você gostaria que o APEI oferecesse aos professores?
4. Você gostaria de participar de palestras/ formações direcionadas Às estratégias para inclusão de alunos (as) com deficiência na universidade? Se sim, liste as temáticas que você gostaria que fossem trabalhadas.

2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Após a elaboração do questionário foi realizada uma reunião individual com os coordenadores de curso dos 11 cursos de graduação do CJ, a saber: Ciências Biológicas, Direito, Pedagogia, Filosofia, Letras (Inglês e Espanhol), Educação Física, Fisioterapia, Odontologia, História, e Matemática. Nesta ocasião foi apresentado o trabalho realizado pelo NAE, conversado a respeito de casos específicos de alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE), e encaminhado para os coordenadores o respectivo questionário para que os mesmos encaminhassem para os docentes do seu colegiado. Posteriormente ao envio pelo coordenador, o questionário foi reenviado duas vezes via email solicitando ampla divulgação aos docentes.

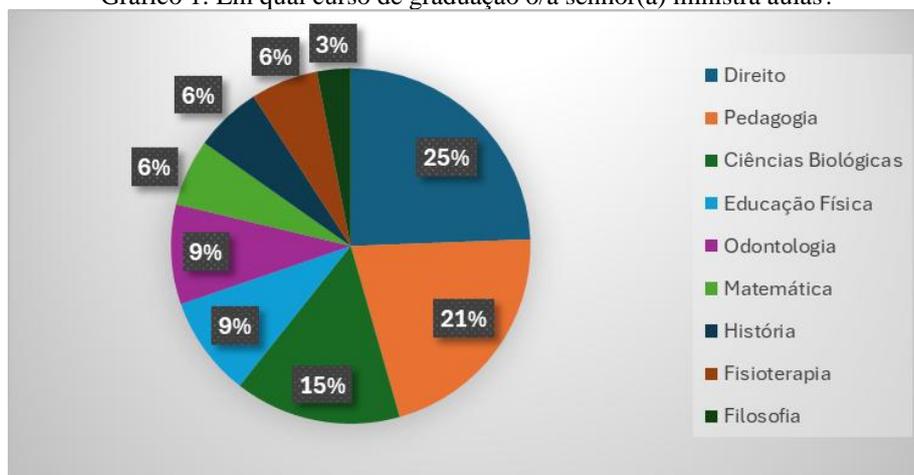
2.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados pelo questionário foram tabulados via excel para análise quantitativa e também analisados de modo qualitativo por meio do viés da análise de conteúdo (Bardin, 2005).

3 RESULTADOS

O questionário teve um total de 33 respostas, sendo que o curso de direito englobou a maior quantidade de respostas (24,2%) totalizando 8 respostas docentes e os cursos de filosofia e de matemática obtiveram apenas a resposta de um docente, como ilustra o gráfico 1 a seguir.

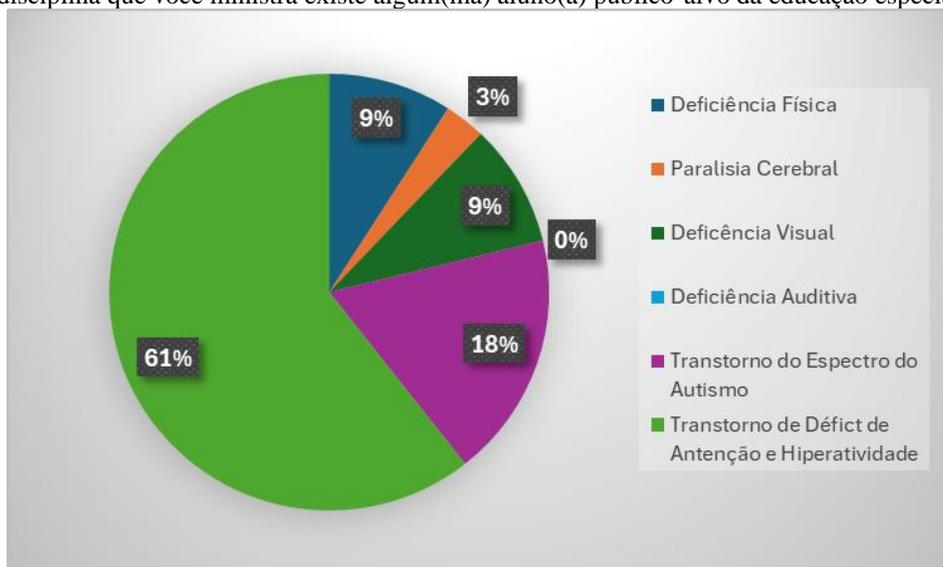
Gráfico 1. Em qual curso de graduação o/a senhor(a) ministra aulas?



Fonte: os autores

Foi possível verificar que embora a universidade tenha vários cursos de licenciatura, os quais em tese se preocupam mais com a questão da Educação Inclusiva, como Pedagogia, Ciências Biológicas, Educação Física, Matemática, História e Filosofia, a maior adesão na resposta do questionário veio do curso de Direito. É importante salientar que a articulação entre a universidade, os colegiados, os professores, e o NAE é de extrema importância para que o trabalho realizado pelo apoio pedagógico possa ser fortalecido.

Gráfico 2. Na disciplina que você ministra existe algum(a) aluno(a) público-alvo da educação especial? Qual/ Quais?



Fonte: os autores

É possível notar um aumento gradativo das matrículas do Público Alvo da Educação Especial - PAEE na educação superior a partir dos anos 2000 e mais expressivamente a partir de 2010 (Olivate et al. (2020). A Lei 13.409 (Brasil, 2016) que dispõe sobre a reserva de vagas para as pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior é um dos fatores que impactou para que esse aumento acontecesse. Este aumento é evidenciado de forma gráfica na figura a seguir:

Figura 1. Ano e número de matrículas de alunos PAEE na Educação Superior Segundo o INEP.



Fonte: Olivate et al. (2020, p.34)

O aumento do número de matriculados do PAEE no ensino superior evidencia a necessidade de se pensar em uma universidade acessível, como nos mostra Wellichan e Souza (2017 p. 146):

Na área educacional, no ensino superior, por exemplo, o crescente aumento no número de matrículas no âmbito universitário demonstram o quanto as pessoas com deficiências podem



ir longe, desmistificando anos da história de exclusão. E para que essa inclusão de fato aconteça é necessário voltar o olhar para o que antes era foco da educação básica, repensando todo o conceito de acessibilidade, práticas e convivência, revendo o espaço do Ensino Superior como um todo.

Esse pensamento está em consonância com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que prevê que para que uma instituição de ensino seja inclusiva é necessário para trabalhar na eliminação de barreiras de arquitetônicas, atitudinais, e pedagógicas (Brasil, 2008).

Uma alternativa que veio para suprir essa demanda de olhar para o PAEE no ensino superior foi a criação de núcleos de acessibilidade dentro das universidades (Melo; Araújo, 2018). A criação desses núcleos foi incentivada pelo programa de Acessibilidade na Educação Superior - Programa Incluir, criado pelo Ministério da Educação e Cultura em 2005 (Brasil, 2005). O Programa Incluir visou incentivar o acesso, a permanência e conclusão do estudante com deficiência nesta modalidade de ensino. Em suma, os núcleos de acessibilidade, também em algumas instituições de comissão de acessibilidade, objetivam promover a inclusão do aluno PAEE no ensino superior. No estado do Paraná, a referência desse tipo de trabalho é o núcleo de acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que trabalha desde 1993 promovendo a inclusão no ensino superior.

Na Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, a criação do Núcleo de Apoio e Assistência Estudantil data de 2022. Entre os trabalhos e ações ofertadas por este núcleo (supracitadas na introdução), este trabalho se concentra na oferta do apoio pedagógico. Referente às atribuições do apoio pedagógico, os docentes sinalizaram algumas demandas que precisam ser contempladas, no quadro abaixo segue as sugestões indicadas por alguns docentes.

Quadro 1. Sugestões dos docentes sobre as atribuições do apoio pedagógico na UENP.

Planejamento de intervenções: desenvolver planos de intervenção pedagógica personalizada, adaptando currículos e métodos de ensino para atender as necessidades individuais dos alunos.
Apoio e orientação: oferecer o suporte contínuo e orientação aos professores na implementação de estratégias inclusivas em sala de aula, garantindo que todos os alunos tenham acesso ao conteúdo educacional de forma equitativa.
Desenvolvimento de recursos: criar e disponibilizar materiais pedagógicos adaptados, como recursos audiovisuais, táteis ou digitais, que facilitem a aprendizagem com necessidades especiais.
Treinamento e capacitação para educadores, equipe escolar e famílias, visando aumentar a conscientização e a habilidade de lidar com a diversidade no ambiente escolar.
Planejamento de ações que garantam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes nas atividades de pesquisa, ensino e extensão na universidade, preferencialmente àqueles Público Alvo da Educação Especial.
Auxiliar na inclusão de alunos que necessitam de cuidados especiais; capacitar os professores e funcionários para esta inclusão; avaliar a efetividade da inclusão dos alunos com necessidades especiais dentro dos cursos.
Apoio técnico
Quais estratégias utilizar para estudantes com deficiência intelectual, TEA, e como ajudar os estudantes a continuarem estudando.
Formação em LIBRAS
Capacitação de professores e funcionários para educação inclusiva
Sugestão de meios de inclusão efetiva
Formação incluindo cuidados a serem tomados
Dar treinamento para os professores para trabalharem com o público alvo da educação especial
Orientação de como proceder em casos de inclusão

Canal mais direto de apoio aos docentes que possuam alunos com necessidades especiais, com ênfase em orientações específicas, baseadas em casos existentes em sala de aula
--

Escuta Ativa

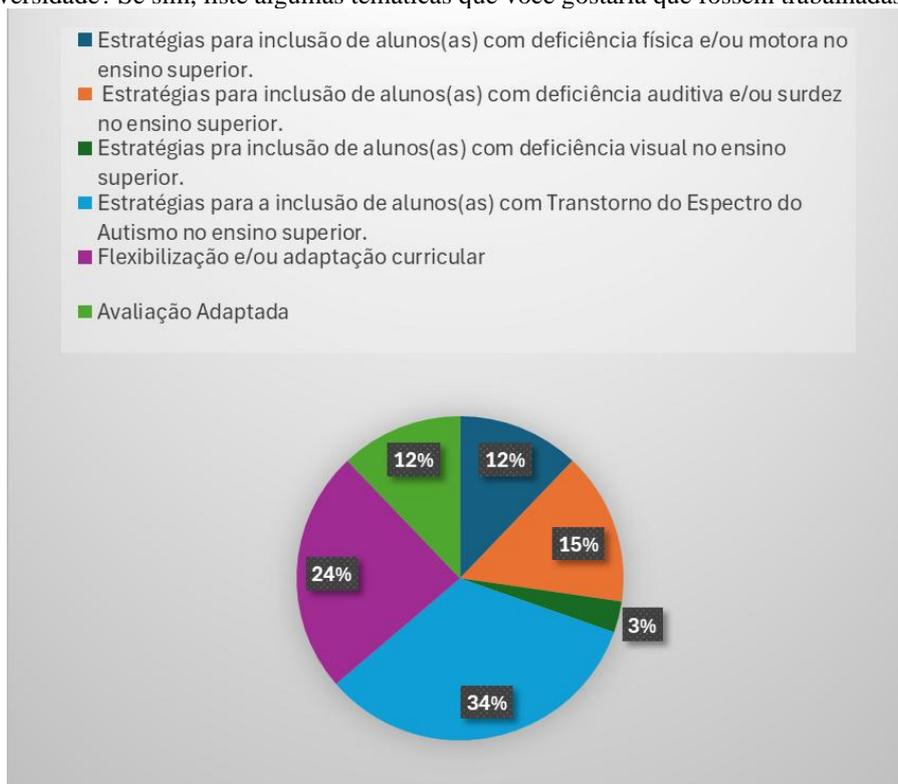
Fonte: os autores

As respostas acima mostraram que os docentes sentem a necessidade de um apoio específico referente à Educação Inclusiva e evidenciam isso pedindo formações e/ou capacitações e também estudo de casos específicos. O conhecimento está em constante evolução, a formação continuada de professores nesse sentido é de extrema importância para atualizar os docentes colaborando assim na inclusão dos alunos PAEE no ensino superior. Essa formação deve sempre ser ofertada pensando no viés do professor reflexivo (Alarcão, 2012), na promoção de momentos formativos que oportunizem a reflexão da prática e sobre a prática (Schon, 2000), a fim de ressignificar as ações docentes perante os alunos PAEE.

Candido; Nascimento; Martins (2016) em um estudo bibliográfico e documental a respeito da inclusão de alunos PAEE no ensino superior, concluíram que o trabalho pedagógico é de extrema importância para a promoção da inclusão na universidade.

Referente às demandas formativas, a temática que se destacou foi “Estratégias para inclusão de alunos autistas no ensino superior” (33,3%), seguida pela “temática da flexibilização curricular” (24,2%), “inclusão de alunos com deficiência auditiva na universidade” (15,2%), “avaliação adaptada” (12,1%), “inclusão de alunos com deficiência física e/ou motora” (12,1%) e “inclusão de alunos com deficiência visual” (3%). Como ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Você gostaria de participar de palestras/formações direcionadas às estratégias para inclusão de alunos(as) com deficiência na universidade? Se sim, liste algumas temáticas que você gostaria que fossem trabalhadas.



Fonte: os autores

A principal demanda formativa evidenciada pelos professores foi referente a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA no ensino superior. O aumento abrupto de estudantes com TEA no ensino superior impactou nessa necessidade formativa relatada pelos docentes (Olivati et al.; 2020). Outro ponto a ser considerado é que quando temos um estudante com deficiência visual sabemos da importância de adaptar materiais pelas vias auditivas e táteis; quando temos um estudante com deficiência auditiva recorremos ao intérprete de LIBRAS e aos estímulos visuais; quando temos um estudante com deficiência física e /ou motora pensamos na acessibilidade arquitetônica e em recursos de acessibilidade; mas, quando temos um estudante com TEA não existe uma atuação padrão a ser ofertada pois dentro do espectro cada indivíduo é único e vai possuir peculiaridades, deste modo torna mais difícil para os professores promover as adaptações necessárias.

A inclusão de estudantes com TEA no ensino superior tem se mostrado um grande desafio. Aguilar e Rauli (2020) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar, do ponto de vista do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o processo de adaptação à universidade, as dificuldades enfrentadas, as estratégias utilizadas e os recursos oferecidos pelas universidades. Participaram da pesquisa sete alunos com TEA matriculados em cursos universitários, e para coleta de dados foi utilizada a técnica do grupo focal. Após análise as autoras salientaram que:

Os participantes relataram dificuldades para obter adaptações didático-pedagógicas, apesar da existência de núcleos com essa finalidade. Apesar de cada autista demandar intervenções específicas, a IES necessita construir mecanismos que o acolham e favoreçam o processo de



inclusão. Medidas universais, disponíveis a todo o corpo acadêmico, com foco em promover a equidade, defender e valorizar a diversidade e educar a comunidade do campus fornecendo informações sobre o TEA são necessárias não apenas para a inclusão do autista, mas para a construção de uma sociedade mais justa para todos (Aguilar, Rauli, 2020, p.1)

Melo; Constant; Ferreira (2023) também objetivaram identificar as principais dificuldades encontradas pelos alunos com autismo no ensino superior mas por meio da revisão da literatura, os estudos levantados mostram que as principais barreiras que impactam na permanência do aluno com TEA no ensino superior refere-se a falta de informação da comunidade acadêmica a falta de capacitação docente.

Os dados levantados evidenciaram a necessidade do NAE trabalhar não somente com a oferta do apoio pedagógico aos estudantes PAEE, mas também na oferta da formação continuada de professores a fim de qualificar o quadro docente da universidade para trabalhar com estudantes com deficiência. Ademais, é imprescindível que aconteçam ações formativas e de conscientização para toda a comunidade acadêmica favorecendo a promoção da cultura inclusiva e valorizando a diversidade.

4 REFLEXÃO SOBRE ESTRATÉGIAS FORMATIVAS PARA ATENDER ESTUDANTES COM TEA NO ENSINO SUPERIOR

O crescente aumento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas universidades reflete avanços no acesso à educação, impulsionados por políticas públicas inclusivas, como a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008). Contudo, garantir o direito à permanência e à aprendizagem efetiva desse público exige uma formação docente contínua, orientada por estratégias que atendam às especificidades do TEA.

Uma das principais dificuldades relatadas por docentes é a ausência de estratégias claras e adaptáveis, dada a heterogeneidade do espectro autista (AGUILAR; RAULI, 2020). Cada estudante apresenta particularidades, como diferentes níveis de interação social, sensibilidade sensorial e estilos de aprendizagem. Por essa razão, **não existem soluções pedagógicas únicas ou padronizadas**. Nesse sentido, é fundamental adotar uma abordagem que considere a individualidade de cada aluno, priorizando o desenvolvimento de competências docentes flexíveis e reflexivas.

Alarcão (2011) enfatiza a importância do professor reflexivo, que analisa sua prática e se adapta constantemente às necessidades dos estudantes. Essa reflexão deve ser incentivada por meio de formações continuadas que abordem **estudos de caso**, práticas pedagógicas inclusivas e a colaboração interdisciplinar entre profissionais. Schon (2000), ao tratar do conceito de reflexão sobre a prática, propõe que os docentes devem experienciar processos formativos que os desafiem a pensar criticamente sobre suas estratégias pedagógicas e ajustá-las em tempo real.



Dentre as estratégias formativas mais relevantes para o atendimento de estudantes com TEA, destacam-se:

4.1 CAPACITAÇÃO PARA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A adaptação curricular é essencial para permitir que os conteúdos sejam acessíveis aos estudantes com TEA. Isso pode incluir a utilização de recursos visuais, roteiros estruturados de atividades e metodologias ativas que favoreçam a organização e a previsibilidade do ambiente acadêmico (MELO; CONSTANT; FERREIRA, 2023).

4.2 APRIMORAMENTO DAS COMPETÊNCIAS COMUNICATIVAS

A formação em comunicação inclusiva deve ser priorizada. Professores precisam aprender a utilizar uma linguagem clara, objetiva e acessível, evitando ambiguidades que possam gerar confusão. Além disso, o conhecimento de **Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)** é fundamental, especialmente para autistas que apresentam concomitantemente surdez ou dificuldades verbais.

4.3 ESTUDOS DE CASO E ESTRATÉGIAS INDIVIDUALIZADAS

Conforme Aguilar e Rauli (2020), cada autista demanda intervenções específicas. Formações que analisam estudos de caso concretos permitem que os docentes compreendam melhor as necessidades individuais e aprendam a elaborar planos pedagógicos personalizados.

4.4 SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A promoção de uma cultura inclusiva vai além da atuação docente. É necessário que toda a comunidade acadêmica, incluindo gestores, funcionários e colegas de classe, seja sensibilizada sobre o TEA, desmistificando preconceitos e incentivando práticas de acolhimento (GLAT, 2007).

4.5 USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

A introdução de recursos digitais e tecnologia assistiva, como softwares de apoio à aprendizagem e aplicativos para organização de rotinas, pode ser trabalhada em formações como ferramentas que facilitam o aprendizado dos estudantes com TEA.

O papel das universidades, por meio de seus **Núcleos de Acessibilidade e Apoio Pedagógico**, como o NAE da UENP, é fundamental para proporcionar essa formação docente contínua e pautada em evidências científicas. Melo e Araújo (2018) destacam que tais núcleos devem atuar não apenas no suporte direto aos estudantes, mas também na **capacitação docente**, promovendo encontros, oficinas e palestras que dialoguem com as demandas reais dos professores e do público-alvo da educação especial.



Por fim, é imprescindível ressaltar que a inclusão do estudante com TEA no ensino superior não pode ser vista apenas como uma questão técnica ou individual. A construção de uma **cultura inclusiva**, como defendido por Pimentel e Nascimento (2015), depende de mudanças atitudinais, pedagógicas e institucionais que transformem a universidade em um espaço verdadeiramente acessível e acolhedor. Nesse processo, as estratégias formativas para os docentes são o ponto de partida para garantir que a diversidade seja reconhecida e valorizada como parte integrante da prática acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento dos alunos PAEE no ensino superior impactou a forma de organização da universidade e é necessário que haja uma reestruturação para oferta de apoio pedagógico e de ações formativas que efetivem a inclusão dos alunos PAEE na universidade. Os docentes universitários não se sentem preparados para trabalhar com o PAEE e evidenciam a necessidade de formações e de colaboração para promover a inclusão em cursos de graduação e pós-graduação. Entre o trabalho com o PAEE e outras temáticas relacionadas a Educação Inclusiva a promoção de formações que trabalham com a temática do TEA foi a principal necessidade relatada pelos docentes.

Nesse sentido, estratégias formativas voltadas ao atendimento de estudantes com TEA devem ser prioridade na formação continuada docente. A flexibilização curricular, o uso de tecnologias assistivas, a oferta de estudos de caso específicos e a capacitação em práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para atender às particularidades do espectro autista. Além disso, a sensibilização de toda a comunidade acadêmica e a construção de uma cultura inclusiva são fundamentais para a permanência e o desenvolvimento desses estudantes no ensino superior. Tais ações, quando articuladas por núcleos de apoio, como o NAE, têm o potencial de transformar as universidades em ambientes mais acolhedores e equitativos.

Por fim, é importante salientar que a inclusão do aluno PAEE no ensino superior deve ultrapassar a esfera do apoio pedagógico e psicológico ofertados pela instituição. É necessário que haja uma mudança cultural profunda na qual a diversidade seja valorizada, o protagonismo do estudante com deficiência viabilizado promovendo assim a representatividade, e sobretudo que a comunidade acadêmica como um todo adote uma postura de acolhimento e valorização das diferenças superando o modelo biológico da deficiência e promovendo a inclusão dentro da universidade.



REFERÊNCIAS

AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com transtorno do espectro autista no ensino superior. *Revista Educação Especial*, [S.L.], v. 33, p. 1-26, 30 set. 2020. Universidad Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x44082>.

ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 110 p.

BARBOSA, E. F. Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. *Metodologia de Pesquisa*. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, 2016. Recuperado em: 23 jan. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm.

BRASIL. MEC. SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

CANDIDO, E. A. P.; NASCIMENTO, C. R. S.; MARTINS, M. F. A. Acessibilidade na educação superior também envolve o trabalho pedagógico. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 11, n. esp. 2, p. 1017-1033, 2016. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8940/5883>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GLAT, R. *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. 210 p.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. *Psicologia Escolar e Educacional*, [S.L.], v. 22, n. , p. 57-66, 2018. *FapUNIFESP (SciELO)*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018046>.

MELO, S. C. de; CONSTANT, E.; FERREIRA, A. T. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. *Revista Teias*, [S.L.], v. 24, n. 73, p. 112-128, 29 jun. 2023. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/teias.2023.74128>.

OLIVATI, A. G.; CIANTELLI, A. P. C.; ACUNA, J. T.; LEITE, L. P.; OLIVEIRA, T. P. de. *Guia de orientações sobre Transtorno do Espectro Autista*. 1. ed. Bauru, SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2020.

OLIVEIRA, A. S. S. *Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES*. Tese de doutorado – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PIMENTEL, S. C.; NASCIMENTO, L. J. A construção da cultura inclusiva na escola regular: uma ação articulada pela equipe gestora. *Eccos – Revista Científica*, [S.L.], n. 39, p. 101-114, 18 dez. 2015. University Nove de Julho. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5585/eccos.n39.3841>.

RODRIGUES, D. As dimensões de adaptação de atividades motoras. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 20, p. 53-58, set. 2006. Disponível em: http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/16_Anais_p53_56.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.



SANTOS, T.; HOSTINS, R. C. L. Política Nacional para a Inclusão no Ensino Superior: uma Revisão da Legislação. UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 16, n. 3, p. 194-200, 2015.

SCHON, D. Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 256 p.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

UNESCO. Declaração de Salamanca, sobre princípios e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

WELLICHAN, D. S. P.; SOUZA, C. S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. RPGE–Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 21, n. 1, p. 146-166, 2017.